



portalbenews.com.br

LEI DOS PORTOS Ceportos entrega anteprojeto de novo marco legal portuário à Câmara ▶ **p3**

EUA Especialista vê Brasil sob novas incertezas com a vitória de Donald Trump ▶ **p5**

Divulgação/Grupo Brasil Export



MISSÃO BRASIL EXPORT

Estaleiro de Palermo inspira projetos de expansão naval no Brasil

Em visita à Fincantieri, comitiva avalia potencial de novas instalações para a indústria naval brasileira ▶ **p8**

Divulgação/CCR



Primeira fase de obras em aeroportos no Rio Grande do Sul é entregue ▶ p4

MERCADO Com abertura para maçãs e nova rota portuária, Brasil intensifica comércio com o Peru ▶ **p5**

SANTOS Licitação para novo terminal de combustíveis em avanço com debate público ▶ **p6**

TEGRAM Terminal exporta sorgo pela primeira vez e amplia portfólio de grãos no Porto do Itaqui ▶ **p7**

EDITORIAL

Modernização portuária com compromisso e celeridade

A entrega do anteprojeto de modernização do marco regulatório portuário, à presidência da Câmara dos Deputados, marca um momento crucial para o futuro da infraestrutura e da competitividade do Brasil no cenário global. Elaborado pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), presidida pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho Douglas Alencar Rodrigues, o documento reflete a necessidade inadiável de modernizar e aperfeiçoar um setor que desempenha papel estratégico para a economia nacional.

O sistema portuário, tanto público quanto privado, é o eixo fundamental pelo qual transitam as exportações e importações que sustentam a balança comercial do País. Diante de uma economia global cada vez mais interconectada e de um cenário competitivo acirrado, um marco legal defasado compromete o crescimento e a eficiência que o Brasil precisa alcançar para atrair investimentos e se destacar no comércio internacional. O texto entregue ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, propõe transformações significativas e inovadoras, buscando equilibrar modernização com os direitos e a valorização do trabalho humano.

Entre as mudanças, destaca-se o fortalecimento da formulação de políticas públicas por meio de um papel ampliado para o Ministério de Portos e Aeroportos. Tal medida poderá garantir maior coordenação e visão estratégica para o setor. Adicionalmente, a ampliação das competências da Antaq e das autoridades portuárias se apresenta como uma aposta na eficiência e na autonomia, o que poderá destravar entraves burocráticos que hoje limitam o potencial logístico dos portos brasileiros. Outro ponto notável é a criação de uma câmara de autorregulação para a resolução de conflitos, iniciativa que tem o potencial de diminuir a judicialização e oferecer soluções ágeis.

A inclusão de um Plano Nacional de Dragagem, com financiamento previsto pelo Fundo da Marinha Mercante, evidencia a preocupação com a adaptação das infraestruturas portuárias às exigências de navios de grande porte, respondendo às demandas de um comércio global que avança rapidamente. O projeto também propõe importantes atualizações trabalhistas e medidas de desburocratização, ajustando o marco legal às realidades modernas.

Contudo, nem todas as mudanças foram recebidas sem reservas. A questão das novas regras trabalhistas, especialmente a possível extinção da exclusividade para a contratação de trabalhadores avulsos nos portos públicos, gerou reação imediata de representantes sindicais e do Ministério Público do Trabalho. Essa resistência deve ser ouvida, e o Congresso tem a responsabilidade de equilibrar as inovações propostas com a proteção dos direitos dos trabalhadores, defendida pelos próprios integrantes da Ceportos.

O desafio agora recai sobre o Congresso Nacional, que precisará dedicar-se ao debate deste marco regulatório com atenção e responsabilidade. Não se trata apenas de discutir as propostas; trata-se de agir com a celeridade que o tema exige. Cada dia de atraso na modernização do sistema portuário representa uma perda de competitividade para o Brasil e um risco de estagnação frente aos avanços globais. Cabe aos parlamentares garantir que o projeto seja aprimorado quando necessário, mas sem que o processo se perca em delongas.

A modernização dos portos brasileiros não é apenas um objetivo desejável; é uma necessidade imperativa para assegurar que o País continue avançando e competindo de igual para igual no cenário internacional. A análise e aprovação do anteprojeto devem, portanto, ser prioridades absolutas, com a atenção voltada para um futuro onde a infraestrutura portuária do Brasil se tornará mais eficiente, competitiva e sustentável, sem perder de vista a valorização do trabalho e a inclusão social.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 8 Brasil mira inovação em estaleiros após visita ao Porto de Palermo

- HUB
- 3 Aprovada, pela ANTT, a construção de ramal ferroviário na região de Belo Horizonte (MG)

- NACIONAL
- 3 Anteprojeto de novo marco legal portuário é entregue à Câmara

- 4 Ministro entrega primeira fase de obras em aeroportos no Rio Grande do Sul

Leilões de energia: Governo abre prazo para demandas do setor

- 5 Especialista vê Brasil sob novas incertezas com a vitória de Trump

Com abertura para maçãs e nova rota portuária, Brasil intensifica comércio com o Peru

- REGIÃO SUDESTE
- 6 Licitação para novo terminal de combustíveis em Santos avança com debate público

ACS oferece curso em parceria com Academia do Café

- REGIÃO NORDESTE
- 8 Tegran exporta sorgo pela primeira vez e amplia portfólio de grãos no Itaqui



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Alta nos juros 1

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de acelerar o aumento da Taxa Selic, juros básicos da economia, recebeu críticas do setor produtivo. Na avaliação deles, a elevação da taxa para 11,25% ao ano, decidida nessa quarta-feira, dia 6, ameaça a recuperação da economia, especialmente quando os Estados Unidos começarem a cortar os juros. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou que recebeu “com indignação” a decisão do Copom. Segundo a entidade, a Selic está em nível excessivo e incompatível. Para a entidade, o aumento dos juros só vai impor restrições adicionais à atividade econômica, com reflexos negativos sobre o emprego e a renda, e atrapalhar o equilíbrio das contas públicas.

Alta nos juros 2

A Associação Paulista de Supermercados (Apas) considera que o choque de juros adotado pelo Banco Central tende a prejudicar a atividade econômica e desestimular os investimentos. A entidade pede que o governo avance no pacote de corte de gastos obrigatórios para que os juros possam cair no futuro.

Alta nos juros 3

O aumento dos juros básicos também recebeu críticas das centrais sindicais. Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a medida aumenta o aperto financeiro à população e às empresas. A entidade lembrou que o Brasil está entre os maiores pagadores de taxa básica real (juros acima da inflação) do mundo, enquanto o país bate recorde em empresas com pedido de recuperação judicial.

Corte nos gastos

O pacote de medidas de corte de gastos obrigatórios será anunciado após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicar as propostas aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco. Caso as conversas ocorram até o início da tarde desta quinta-feira, dia 7, as ações podem ser anunciadas no mesmo dia. A informação é do ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Superávit menor

A desvalorização de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) e o aumento das importações decorrentes da recuperação da economia fizeram o superávit da balança comercial (exportações menos importações) despencar em outubro. No mês passado, o país exportou US\$ 4,343 bilhões a mais do que importou, queda de 52,7% em relação ao mesmo mês de 2023 e o pior resultado para outubro desde 2017 (superávit de US\$ 4,095 bilhões).

Anteprojeto de novo marco legal portuário é entregue à Câmara

Documento busca melhorar a competitividade do Brasil no comércio global, mas gera controvérsias sobre o impacto nas condições de trabalho no setor

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



O anteprojeto foi aprovado por unanimidade pela comissão de juristas na sessão realizada no dia 23 de outubro, em meio a críticas de representantes dos trabalhadores portuários

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

O anteprojeto do novo marco legal para o sistema portuário público e privado foi entregue à presidência da Câmara dos Deputados na quarta-feira, dia 6, para análise. O documento, elaborado pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), representa uma atualização nas diretrizes do setor e foi encaminhado ao presidente da casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), para que avalie os próximos passos no processo legislativo.

A proposta, aprovada por unanimidade na comissão especial realizada no dia 23 de outubro, busca modernizar e tornar o setor portuário mais eficiente e competitivo, conciliando inovação com os princípios de valorização do trabalho humano e da livre iniciativa.

A comissão especial de juristas foi presidida pelo ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho, e foi criada ao final de 2023 com o objetivo de propor uma revisão abrangente para o setor portuário brasileiro. Com o texto entregue à presidência da Câmara, a expectativa é que o anteprojeto avance para apre-

ciação do Congresso, onde deverá passar por debate e eventuais ajustes antes de se tornar lei.

Entre os principais pontos do anteprojeto, destacam-se:

- Fortalecimento da formulação de políticas públicas: o Ministério de Portos e Aeroportos terá papel ampliado na criação de políticas estratégicas para o setor portuário.
- Ampliadas competências da Antaq e autoridades portuárias: a proposta prevê que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e as administrações dos portos ganhem maior poder de gestão, favorecendo a eficiência.
- Câmara de autorregulação: a criação de uma câmara específica para resolução de conflitos visa reduzir a judicialização dos processos e criar soluções mais rápidas e administrativas para disputas no setor.
- Plano Nacional de Dragagem: para atrair navios de grande porte, o anteprojeto inclui um plano nacional de dragagem, que pode ser financiado pelo Fundo da Marinha Mercante.
- Atualizações trabalhistas e

desburocratização: novas regras trabalhistas e iniciativas para simplificar atividades administrativas também foram inseridas.

Apesar das inovações propostas, o anteprojeto gerou críticas, especialmente entre representantes dos trabalhadores portuários, que se opõem a algumas mudanças nas normas trabalhistas. Um ponto de tensão é o fim da exclusividade para a contratação de trabalhadores avulsos nos complexos públicos, exigência que faz parte da atual Lei dos Portos. Representantes sindicais e do Ministério Público do Trabalho manifestaram preocupação sobre o impacto dessa mudança para os cerca de 50 mil portuários que atuam no setor.

“Legitimidade”

Na terça-feira (5), o relator da Ceportos, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Peel, ressaltou o diálogo e a transparência na elaboração do novo marco legal do setor. Ele falou sobre o assunto durante apresentação realizada a bordo do navio MSC Fantasia, na missão internacional que o Grupo Brasil Export promove pelo Mar Mediterrâneo.

“O processo de revisão foi marcado por um extenso e abrangente debate com a so-

cidade. Esta abordagem participativa não apenas enriqueceu o conteúdo deste anteprojeto, mas também fortaleceu sua legitimidade e potencial de eficácia”, destacou.

Ele enfatizou que as audiências públicas realizadas permitiram a participação aberta de todos os setores da sociedade e interessados na temática portuária, em especial com as entidades sindicais profissionais.

“Esta participação foi fundamental para garantir que as perspectivas e preocupações da força de trabalho fossem devidamente consideradas. Recebemos aproximadamente 100 contribuições com sugestões e perspectivas”, revelou.

Na opinião de Celso Peel, os debates aumentaram a legitimidade do anteprojeto, uma vez que os diversos setores afetados tiveram a oportunidade de contribuir e ver suas preocupações refletidas no texto.

“Ao elaborar nossa proposta, sabíamos da importância de pensar o setor portuário como um sistema integrado, vital para a competitividade do Brasil no cenário global. Esta ampla composição reflete a complexidade e a diversidade do setor portuário, assegurando que todas as vozes relevantes sejam ouvidas e consideradas na gestão e desenvolvimento do setor portuário”.

NACIONAL

Ministro entrega primeira fase de obras em aeroportos no Rio Grande do Sul

Silvio Costa Filho participou de solenidade de modernização dos terminais de Pelotas e Bagé

Maurício Tonetto/Secom

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador do RS, Eduardo Leite, participaram da cerimônia de entrega da primeira fase de obras dos dois aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou na quarta-feira, dia 6, da solenidade de entrega da primeira fase das obras de ampliação e modernização dos aeroportos de Pelotas e Bagé, ambos no Rio Grande do Sul. Segundo a pasta comandada por ele, os dois terminais receberam investimentos de R\$ 94 milhões para obras de modernização das infraestruturas.

O Aeroporto Internacional João Simões Lopes Neto, em Pelotas, recebeu investimentos de R\$ 51 milhões. Entre as intervenções realizadas destacam-se a ampliação do terminal de passageiros, que aumentou de 930 metros quadrados para 2.100 metros quadrados, com modificações no check-in e esteira de bagagens e a adequação da sinalização horizontal no pátio de aeronaves.

Foram apresentadas também a implantação de duas áreas de segurança de fim de

pista (RESAs), de 90x90, nas cabeceiras da pista de pouso e decolagem, o alargamento da faixa de pista "A" em 5 metros, a implantação do sistema de iluminação de orientação visual (PAPI) na cabeceira 25 e realocação do indicador na cabeceira 7, além do deslocamento de 100m da cabeceira da pista de pouso e decolagem 07/25, que terá um novo comprimento efetivo de 1.880 m.

Já em Bagé, no Aeroporto

Internacional Gustavo Kraemer, foram inauguradas as obras feitas na área externa, com adequações no espaço reservado ao escape e implantação de sistemas para auxílio à navegação aérea. Os investimentos feitos no terminal foram de R\$ 43 milhões.

Em seu discurso durante a solenidade, Costa Filho destacou o desenvolvimento econômico do estado, bem como o reforço da malha aérea gaúcha

em conjunto com a reabertura do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, que retomou voos nacionais no último mês após ficar meses sem operação devido às enchentes do mês de maio.

"Com esses aeroportos estruturados, a gente vai avançar muito aqui no desenvolvimento da região. Além disso, nós tivemos, conjuntamente, o desafio da reabertura do Aeroporto Salgado Filho. Foram

quatro meses de muito trabalho, com o Governo Federal aportando quase R\$ 450 milhões para poder fazer aquela obra. O Governo do Estado foi muito parceiro também nesse processo. E eu quero agradecer também à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) pelo papel perfeito que teve nesse momento", afirmou o ministro.

As obras foram de responsabilidade da CCR Aeroportos, concessionária que administra os dois terminais.

Também presente na solenidade, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), pontuou a administração da iniciativa privada nos aeroportos, garantindo a boa funcionalidade e qualificação dos serviços aéreos.

"Não é só a obra que está sendo entregue aqui. A partir dessa concessão, temos toda a garantia de manutenção, de qualificação permanente, de serviços adequados para que esse aeroporto esteja sempre nas melhores condições para a operação. Tem o privado, tem a União, tem o estado, tem o município, todo mundo puxando uma mesma direção, para trazer um resultado positivo para a sociedade", destacou.

Leilões de energia: Governo abre prazo para demandas do setor

Interessados devem declarar demandas até o dia 20 para participar dos contratos de fornecimento

Divulgação

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

efetuar o registro. Os leilões estão previstos para 6 de dezembro e envolvem a contratação de energia a partir de empreendimentos já em operação, com contratos voltados ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

A expectativa é que a iniciativa contribua para o abastecimento do sistema nacional, considerando diferentes prazos de contratação: janeiro de 2025 (leilão A-1), janeiro de 2026 (A-2) e janeiro de 2027 (A-3).

Para participar, as empresas devem seguir os limites da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e atender às exigências formais. Apenas os cadastrados como "Participan-



Os leilões do setor visam atender às necessidades de energia de curto e médio prazo, oferecendo contratos de fornecimento que variam conforme os períodos de suprimento

O Ministério de Minas e Energia informou na quarta-feira (6) que o prazo para distribuidoras e empresas do setor energético declararem suas demandas para os leilões de energia elétrica de 2024 vai até o próximo dia 20. O Governo espera que os certames aconteçam em dezembro.

As empresas interessadas devem acessar o portal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para

tes Leilão" terão acesso à plataforma da CCEE e poderão ajustar as declarações já enviadas. Os documentos são definitivos e servirão para a formalização dos contratos após as decisões. Os leilões visam atender às necessidades de energia de curto

e médio prazo, oferecendo contratos de fornecimento que variam conforme os períodos de suprimento. A Aneel é responsável pela elaboração dos editais, anexos e contratos (CCEARs) e por organizar os eventos diretamente ou por meio de dele-

gação.

Os certames serão realizados por meio eletrônico e seguirão uma sistemática que abrange dois períodos de lance: uma etapa inicial (para lances únicos) e uma etapa contínua (em que vendedores podem melhorar suas ofertas).

O preço final da energia será determinado pelos lances. Cabe à Aneel tomar todas as medidas para que o leilão ocorra de forma segura e transparente.

Especialista vê Brasil sob novas incertezas com a vitória de Trump

Professor da UnB avalia que vitória do republicano pode dificultar entrada no Conselho da ONU e ampliar riscos de restrições comerciais para o Brasil

Brendan McDermid/Reuters via Agência Brasil

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br
Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, confirmada na quarta-feira, dia 6, pode trazer desafios para as ambições brasileiras na arena internacional e para a relação comercial entre os países. Em entrevista ao BE News, o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Andrada destaca que a vitória do republicano pode dificultar o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e limitar a obtenção de recursos internacionais para projetos de preservação ambiental nos países em desenvolvimento.

No comércio bilateral, Andrada observa que, embora o Brasil registre um déficit com os Estados Unidos — importando US\$ 30,6 bilhões e exportando US\$ 29,4 bilhões entre janeiro e setembro de 2024 —, a vitória de Trump eleva os riscos de investigações sobre práticas co-



Donald Trump fez várias acusações de comércio desleal a governos estrangeiros durante a campanha e prometeu taxar importações em 10% para fortalecer o mercado interno

merciais desleais.

Um relatório da Global Trade Alert já aponta o Brasil entre os países sob maior risco de restrições comerciais por parte dos Estados Unidos, ao lado de nações como China, Itália e Japão. Trump fez várias acusações de comércio desleal a governos estrangeiros durante a campanha e prometeu taxar importações em 10% para fortalecer o mercado interno.

Apesar desses riscos, Andrada minimiza os possíveis impactos diretos sobre o co-

mércio brasileiro, afirmando que a eleição de Trump não deverá gerar desvantagens significativas, mas tampouco vantagens. “O comércio internacional é fundamentalmente feito entre agentes privados. Então, os governos terem simpatias um pelo outro ajuda, mas isso não é o ponto fundamental”, destacou. Ele acrescenta que o protecionismo defendido por Trump se concentra mais em países superavitários nas relações comerciais com os Estados Unidos, como é o caso do

México, cujo comércio com os Estados Unidos foi de US\$ 800 bilhões no ano passado, comparado aos US\$ 74 bilhões do Brasil.

Embora possam surgir tarifas sobre produtos específicos, a diversidade de exportações brasileiras para os Estados Unidos deve amortecer o impacto de possíveis medidas protecionistas, avalia Andrada. Ele conclui que qualquer tarifação direcionada não deverá comprometer significativamente o comércio total do Brasil com os Esta-

dos Unidos.

“Mesmo que o governo Trump coloque alguma tarifa protecionista em um ou outro produto que o Brasil exporta para lá, isso não deve ter um impacto muito grande no total de tudo que vendemos”.

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT) parabenizou Trump pela vitória e destacou a importância do diálogo para a paz e o desenvolvimento. Contudo, Lula rompeu a tradição diplomática brasileira ao manifestar apoio público à candidata democrata Kamala Harris durante a corrida eleitoral, o que, segundo Andrada, pode ser um pequeno atrito nas relações bilaterais, embora não apresente implicações graves para as trocas comerciais entre os dois países.

“No protocolo diplomático, o fato de o presidente Lula ter declarado publicamente sua preferência pela vitória da candidata do Partido Democrata Kamala Harris não é algo muito apropriado, mas também não é algo muito grave. É mais um inconveniente, mais um atrito que se soma às relações não muito amistosas que existem entre as ideologias dos dois governos”.

Com abertura para maçãs e nova rota portuária, Brasil intensifica comércio com o Peru

Acesso ao mercado peruano expande destinos das exportações brasileiras e favorece rotas comerciais com a Ásia

Divulgação

ca de cravo-da-índia, feno, além de hemoderivados de bovinos e suínos.

Em 2023, as exportações agrícolas do Brasil para o Peru ultrapassaram US\$ 724 milhões, com destaque para produtos florestais, carnes e soja. No período de janeiro a setembro de 2024, o valor foi de US\$548 milhões. Em relação às maçãs, o Brasil exportou mais de US\$ 30 milhões para cerca de cem destinos no ano passado.

Até então, o Peru importava maçãs apenas do Chile, e com a autorização recente, o Brasil se torna o segundo país a acessar esse mercado em expansão.

O acordo também incluiu a autorização para a importação de citros do Peru para o Brasil.



Até então, o Peru importava maçãs só do Chile. Com a abertura, o Brasil, que exportou mais de US\$ 30 milhões dessa fruta em 2023, se torna o segundo a acessar esse mercado

O Ministério da Agricultura e Pecuária anunciou na quarta-feira (6) que o Brasil recebeu autorização do governo do Peru para a exportação de maçãs. Segundo o Executivo, essa é a oitava abertura de mercado de produtos agrícolas brasileiros para o país na América do Sul em 2024.

As aberturas de mercado anteriores favoreceram a exportação de produtos brasileiros como erva-mate, farelo de mandioca, fibra de coco, flor se-

Logística portuária

Na última quinta-feira (5), o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, recebeu a

delegação ministerial do Peru para discutir os impactos do Porto Chancay no comércio internacional. O porto, construído pelo governo chinês no país

sul-americano, funcionará como um ponto estratégico para facilitar o escoamento da produção brasileira.

Fávaro ressaltou que, embora o Brasil exporte grandes volumes para a Ásia, especialmente para a China, ainda enfrenta desafios com a lentidão das rotas via Atlântico, que são muito mais longas.

“Essa conexão direta com a China será benéfica para agilizarmos as exportações de produtos do agro brasileiro”, disse Fávaro.

REGIÃO SUDESTE

Licitação para novo terminal de combustíveis em Santos avança com debate público

Empresas e autoridades destacam infraestrutura e qualificação técnica como prioridades no arrendamento do STS08

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) promoveu na quarta-feira, dia 6, a audiência pública para recebimento de contribuições referentes ao processo de licitação do arrendamento do terminal STS08, destinado para armazenagem e movimentação de granéis líquidos, em especial combustíveis.

Entre os comentários feitos pelos participantes, destaca-se para a qualificação das empresas concorrentes do certame, bem como atenção para as medidas que visam a melhoria da infraestrutura, principalmente de acessos, para atender o futuro terminal.

A sessão pública, que ocorreu de forma online, teve a participação de autoridades e representantes de entidades empresariais do setor portuário. Foram eles: os advogados Estevam Palazzi Sartal e Rafael Domingos Faiardo Vanzella, ambos do escritório Machado Meyer;



Divulgação/APS

De acordo com a APS, estão previstos no STS08 quatro novos berços e mais tanques de armazenagem, além de conexões com dutovias, rodovias e píeres na margem direita

Carlos Helmut Kopittke, da Associação Brasileira de Terminais Líquidos (ABTL); Fabrizio Pierdomênico, consultor portuário e ex-secretário Nacional de Portos; Carlo Rodrigo Faccio, do Instituto Combustível Legal; Luiz Carlos Maia Júnior, da Transpetro; Roberto David Mendes da Silva, da Petrobras; e Natasha Lage de Oliveira França, da Associação Brasileira de Termi-

nais Portuários (ABTP).

Dentre as contribuições apresentadas, uma delas destacou a necessidade de rigor por parte da Autoridade Portuária nos processos de habilitações das empresas que forem concorrer ao processo licitatório, com destaque para aspectos técnicos e de segurança, além de outras questões como qualificação econômica, financeira e

experiência no setor.

As sugestões ainda ressaltaram a importância de medidas concomitantes de preparação da infraestrutura, como novos berços e melhores acessos, para garantir o bom desempenho.

Representando a Autoridade Portuária de Santos, o diretor de Regulação e Desenvolvimento de Negócios, Gus-

tavo Pereira, pediu que os participantes realizem o envio formal de todas as contribuições. As consultas prosseguem até 29 de novembro de 2024 no site da APS.

Leilão

A expectativa é que, depois de 30 dias de contribuições recebidas, a Autoridade Portuária de Santos encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, ainda este ano.

Localizado no bairro Alemao, o STS08 conta com 152,2 mil metros quadrados. De acordo com a APS, estão previstos no STS08 quatro novos berços e mais tanques de armazenagem, além de conexões com dutovias, rodovias e píeres na margem direita.

O prazo de concessão, conforme o edital, é de 25 anos. A previsão de investimentos, segundo a APS, é de mais de R\$ 400 milhões, mas a quantia poderá ser maior devido a atualizações.

ACS oferece curso em parceria com Academia do Café

Calibragem para Q-Grader é fundamental para quem atua na avaliação sensorial de cafés especiais

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Associação Comercial de Santos (ACS), em parceria com a Academia do Café, promoverá em novembro a Calibragem para Q-Grader, um curso essencial para profissionais que já possuem a certificação Q-Grader e buscam manter suas habilidades atualizadas. Este treinamento é importante para aqueles que desejam continuar atuando na avaliação sensorial de cafés especiais e assegurar que suas análises seguem os mais altos padrões internacionais de qualidade.

A calibragem é obrigatória a cada três anos para que os Q-

Graders renovem suas certificações. Durante o curso, os participantes serão submetidos a três sessões de cupping, nas quais devem demonstrar precisão ao passar em pelo menos duas das três provas. Esse processo confirma que os profissionais permanecem aptos a avaliar a qualidade do café com rigor e consistência, características essenciais em um mercado cada vez mais exigente.

“Os Q Graders Arábica licenciados devem calibrar uns com os outros a cada três anos para testar suas habilidades de avaliar com precisão a qualidade do café com base em sua experiência adquirida, conhecimento e padrões/protocolos aprendidos no treinamento. É obrigatório que todos os Q Graders participem de uma calibra-



Divulgação/ACS

O curso promovido pela ACS exige que os candidatos possuam certificação válida e prestes a vencer, com um prazo de até seis meses antes ou após o vencimento do certificado

ção possibilita aperfeiçoar a qualidade das bebidas servidas; para produtores, garante que seus grãos atendam aos elevados critérios do mercado de cafés especiais. Já os apreciadores de café têm a oportunidade de aprofundar-se ainda mais no universo dos cafés especiais, tornando-se especialistas na degustação.

O curso exige que os candidatos possuam certificação válida e prestes a vencer, com um prazo de até seis meses antes ou após o vencimento do certificado.

Mais informações: <https://acs.org.br/servicos/calibragem-q-grader>

ção se desejarem permanecer ativos como Q Graders em situação regular. Após a aprovação, a licença de Q Grader permanecerá válida por mais 36 meses, a partir do dia do curso de calibração”, explica Pedro Pascoal Freitas dos Santos, clas-

sificador e degustador de Café/Q-Grade.

Destinado exclusivamente a profissionais certificados, o curso atende baristas, produtores e apreciadores de café que possuem a certificação Q-Grader.

Para baristas, essa forma-

REGIÃO NORDESTE

Tegram exporta sorgo pela primeira vez e amplia portfólio de grãos no Itaqui

Terminal investe em nova infraestrutura para atender o crescimento do Matopiba e expandir exportações

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

O Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), localizado no Porto do Itaqui (MA), completou o carregamento de seu primeiro navio com sorgo, que foi exportado para a Espanha. Além do cereal, o navio também embarcou milho - ambos produzidos nos estados do Maranhão e Piauí.

Tradicionalmente focado na movimentação de soja, milho e farelo de soja, o Tegram ampliou seu portfólio de grãos com a inclusão do sorgo.

O embarque foi realizado pelo TCN (Terminal Corredor Norte), um dos consorciados do Tegram, e acontece em um momento crucial para o terminal, que está passando por um processo de ampliação de sua infraestrutura.



Divulgação

▲ No ano passado, o Tegram atingiu a marca de 15 milhões de toneladas de grãos exportados, um feito expressivo que reflete a expansão da produção agrícola na região

Como mostrado pelo BE News, o Porto do Itaqui se prepara para expandir o Terminal de Grãos, visando atender ao crescimento expressivo da produção de grãos na região do Matopiba, que abrange os esta-

dos do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O projeto prevê um investimento de R\$ 1,5 bilhão ao longo dos próximos 18 meses, com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento da produção.

Além da soja, a produção de milho também deve crescer substancialmente na região do Matopiba, com uma alta prevista de 34,5%, adicionando 4,6 milhões de toneladas e totalizando 17,8 milhões de tonela-

das. Esse incremento contribuirá para o crescimento da produção nacional de milho, que deverá subir 14,3%, chegando a 157 milhões de toneladas.

A expectativa é que o terminal aumente sua capacidade total em 30%, passando dos atuais 16 milhões para 23,5 milhões de toneladas de grãos por ano, e a capacidade estática dos armazéns de 500 mil para 800 mil toneladas.

Esse crescimento é parte de uma expansão maior prevista para todo o Brasil, que deve ver sua produção de soja aumentar 19,1%, alcançando 194,5 milhões de toneladas na safra 2032/2033.

De acordo com o Tegram, em 2023, o terminal atingiu a marca de 15 milhões de toneladas de grãos exportados, um feito expressivo que reflete a expansão da produção agrícola na região.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

Brasil mira inovação em estaleiros após visita ao Porto de Palermo

Visita da missão do Brasil Export à Fincantieri abre caminho para soluções estruturais na indústria naval brasileira

Divulgação/Grupo Brasil Export

PAULO JOSÉ RIBEIRO
paulo.ribeiro@redenebenews.com.br

A comitiva de empresários e autoridades do Brasil Export visitou na quarta-feira (6), o estaleiro da Fincantieri no Porto de Palermo, na Itália, durante a agenda do quarto dia da missão internacional 2024 do grupo. Representantes da empresa apresentaram a estrutura da instalação e os projetos de ampliação do terminal, que é um dos maiores do mundo dentro do segmento.

A equipe da empresa italiana foi composta pelo diretor do estaleiro, Marcello Giordano, o gerente da área, Federico Biggio, e a titular da pasta de Defesa e Assuntos Institucionais Internacionais, Giorgia Nenci.

O estaleiro da Fincantieri conta com três diques secos para reforma, manutenção e construção de navios. O maior deles tem largura de 68 metros, com capacidade para navios até 400 mil toneladas. A empresa ainda espera a chegada de um novo dique seco, em uma nova área que foi cedida pela Autoridade Portuária de Palermo, e vai ampliar a capacidade operacional do empreendimento.

O estaleiro possui uma área externa de 205 mil metros quadrados e três berços de atracação. O projeto de ampliação terá investimentos de 150 milhões de euros, com obra de duração de 24 meses, e envolve



Integrantes da comitiva trataram a visita da Fincantieri como uma oportunidade para pensarem em soluções com o objetivo de desenvolver estaleiros de grande porte

a chegada do novo dique seco, com capacidade maior do que aqueles que já operam no local.

A Fincantieri é a maior empresa de construção naval da Europa e o estaleiro de Palermo, um dos 18 da companhia ao redor do mundo, é uma referência internacional. Integrantes da comitiva trataram a visita como uma oportunidade para pensarem em soluções com o objetivo de desenvolver estaleiros de grande porte voltados para a indústria naval nas principais regiões portuárias do Brasil.

O secretário de Governo da Prefeitura de Santos (SP), Fábio Ferraz, destacou a importância da visita para conhecer a

complexidade das operações realizadas no terminal, ressaltando a carência de empreendimentos que realizem um serviço dessa magnitude no Brasil.

“Uma experiência muito boa para nós, gestores públicos, e para o setor privado, compreendermos não só a complexidade de uma operação como essa, que precisa ser implementada no Brasil, já que não temos exemplos relevantes no nosso país dessa forma, mas também a inspiração de como se faz algo de forma tão sólida e perene. É uma empresa com mais de 100 anos de tradição; permite que você tenha a continuidade de um bom serviço. São essas boas

experiências que nós temos que aprender para que possamos concretizar investimentos dessa natureza no Brasil, pensando a longo prazo”, afirmou.

O prefeito de Guarujá (SP), Válter Suman (PSDB), também abordou a necessidade de desenvolver estaleiros com essa estrutura no país e falou sobre a possibilidade da cidade, que abriga terminais da margem esquerda do Porto de Santos, receber um empreendimento como esse.

“No Brasil, com uma faixa litorânea tão extensa, não temos, ou temos poucos, estaleiros desse nível. Uma das propostas que nós fizemos à em-

presa foi a disponibilidade de áreas em Guarujá, tanto da margem esquerda como na retroárea. Eles já estão em contato direto com a Saipem, que está instalada em Guarujá”, disse o prefeito referindo-se à empresa de serviços e soluções para os setores de energia e infraestrutura.

A Fincantieri já atua no Brasil, no Porto de Suape, em Pernambuco, onde possui o Estaleiro Vard Promar. No mês passado, o CEO e diretor-geral do Grupo Fincantieri, Pierroberto Folgiero, visitou o complexo portuário nordestino e demonstrou boas perspectivas para investir na construção de navios em solo brasileiro.

Divulgação/Grupo Brasil Export



“

UMA EXPERIÊNCIA MUITO BOA PARA NÓS, GESTORES PÚBLICOS, E PARA O SETOR PRIVADO, COMPREENDEREMOS NÃO SÓ A COMPLEXIDADE DE UMA OPERAÇÃO COMO ESSA”

FÁBIO FERRAZ

secretário de Governo da Prefeitura de Santos

Divulgação/Grupo Brasil Export



“

UMA DAS PROPOSTAS QUE NÓS FIZEMOS À EMPRESA FOI A DISPONIBILIDADE DE ÁREAS EM GUARUJÁ, TANTO DA MARGEM ESQUERDA COMO NA RETROÁREA”

VÁLTER SUMAN

prefeito de Guarujá